

ROMPER O SILÊNCIO: MULHERES, FILOSOFIA E JUSTIÇA EPISTÊMICA NA EDUCAÇÃO

Alexnaldo Teixeira Rodrigues¹

Émile Vitória Souza Silveira²

Henrique Estrella Pereira Castro³

RESUMO

Este trabalho, decorrente da articulação entre o *Projeto de Pesquisa Filosofia Criativa: desenvolvendo uma didática disruptiva para o ensino filosófico* (CONSEPE 037/2024) e o *Projeto de Extensão Filosofando em Múltiplas Linguagens* (CONSEPE/UEFS 071/2023), vinculados ao curso de Filosofia da UEFS, teve como objetivo investigar a percepção de estudantes do ensino médio sobre a presença de mulheres na Filosofia e propor ações inclusivas. A pesquisa-ação foi realizada em nove turmas de uma escola estadual de Feira de Santana, envolvendo alunos/as do 1º ao 3º ano, por meio de questionários semiestruturados analisados com base na técnica de análise de conteúdo. O referencial teórico apoia-se na noção de justiça epistêmica de Miranda Fricker, na crítica de Alicia Puleo ao viés masculino da tradição filosófica e na análise de Ruth Hagengruber sobre a exclusão histórica das mulheres como processo político e cultural. A metodologia integrou princípios de Pesquisa-Ação e Design Thinking, favorecendo a escuta, a colaboração e a experimentação em contextos escolares. Os resultados apontaram amplo desconhecimento sobre filósofas, revelando a permanência de estereótipos e confirmando a invisibilidade feminina no ensino de Filosofia. Como intervenção, foram realizadas exposições, rodas de leitura, oficinas pedagógicas e debates que possibilitaram aos/as estudantes reconhecer contribuições de mulheres filósofas e cientistas, refletir criticamente sobre desigualdades de gênero e questionar o apagamento histórico. Tais atividades geraram mudanças perceptíveis na visão de alunos e alunas, com relatos de meninas que passaram a se identificar como potenciais protagonistas do pensamento filosófico e científico. Conclui-se que a inclusão de filósofas nos currículos e a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade de sujeitos do conhecimento são medidas essenciais para um ensino mais plural e equitativo, capaz de combater o patriarcado na educação, promover a justiça epistêmica e inspirar novas gerações a ocuparem espaços historicamente negados às mulheres.

Palavras-chave: Mulheres, Filosofia, Inclusão, Injustiça Epistêmica.

INTRODUÇÃO

A história da filosofia, tal como tradicionalmente narrada, foi marcada por um silenciamento sistemático das mulheres (Araújo; Leal; Frateschi, 2024; Puleo, 2013). Nesse horizonte crítico, Tiburi, Menezes e Eggert afirmam que se “[...]a tradição filosófica que conhecemos foi escrita por homens, apenas quando analisada em seus avessos a história da

¹ Doutor do Curso de Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, atrodrigues@uefs.br;

² Graduado do Curso Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, emivit2305@gmail.com;

³ Graduando do Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, henriqueestrella15@gmail.com





filosofia pode ser uma história de mulheres” (Tiburi; Menezes; Eggert, 2002, p. 7). Tal formulação não reivindica apenas a presença de mulheres na narrativa filosófica, mas anuncia a necessidade de uma torção hermenêutica: não basta acrescentar nomes femininos ao cânone, é preciso deslocar o próprio ponto de vista a partir do qual a história da filosofia foi construída. Assim, ao sugerirem que é preciso olhar “pelos avessos”, as autoras indicam que a exclusão das mulheres não foi um lapso histórico, mas a expressão de um dispositivo epistêmico que definiu quem pode filosofar e quem permanece como objeto do discurso filosófico.

À medida que as barreiras sociais e históricas começaram a se flexibilizar — especialmente a partir do século XIX —, algumas mulheres passaram a conquistar espaço no campo intelectual, intervindo publicamente em debates dos quais sempre foram parte implicada, ainda que historicamente excluídas do direito à palavra e ao pensamento devido à sua condição sexual subordinada (cf. Tiburi; Menezes; Eggert, 2002, p. 7). Mary Wollstonecraft (1759-1797), escritora inglesa e defensora dos direitos das mulheres, é um exemplo emblemático dessa fissura no discurso filosófico dominante: ao criticar Rousseau, ela desestabiliza a universalidade abstrata de seus ideais revolucionários, mostrando que a liberdade, a igualdade e a fraternidade se sustentavam sobre a manutenção das mulheres no espaço privado, destinadas à reprodução e à sensibilidade, jamais ao pensamento (Tiburi; Menezes; Eggert, 2002).

Contudo, o caso de Rousseau não é um episódio isolado, mas a expressão de uma racionalidade androcêntrica amplamente disseminada na filosofia moderna. Pensadores iluministas como Kant, bem como seus herdeiros idealistas, reafirmaram o ideal do “belo sexo”, reservando às mulheres um lugar de ornamento moral e estético, em contraste com a racionalidade atribuída aos homens. Essa lógica se prolonga desde a misoginia medieval até a construção renascentista e iluminista da mulher como corpo e emoção, consolidando um modelo de subjetividade filosófica androcêntrica.

Mesmo quando o discurso filosófico se pretendia crítico e emancipatório, como no caso de Fourier ou John Stuart Mill, as mulheres ainda precisavam justificar sua presença no espaço da razão. Tal exigência revela que a história da filosofia é também a história da disputa pelo direito de pensar e de ocupar o lugar de sujeito epistêmico. Desse modo, a crítica feminista não apenas reivindica nomes esquecidos, mas desmonta a gramática mesma da tradição que determinou quem pode falar, filosofar e ser reconhecido como sujeito universal (Tiburi; Menezes; Eggert, 2002). “Se no século XX, tantas mulheres (e não podemos escapar do hábito de citar as ilustres Simone de Beauvoir, Hanna Arendt, Simone Weil, Edith Stein,





Maria Zambrano) assumem o lugar de filósofas importantes [...]” (Tiburi; Menezes; Eggert, 2002, p. 8), seus nomes raramente figuram nos currículos, livros e discursos educacionais (Mariz; Vidal, 2020; Araújo, Iron Mendes; Araújo Júnior, 2020). Essa invisibilidade reflete não apenas uma lacuna historiográfica, mas uma forma de injustiça epistêmica que atravessa, também, a formação escolar. No ensino médio, essa exclusão se manifesta na ausência de filósofas nos conteúdos e na dificuldade de estudantes, sobretudo meninas, se reconhecerem como produtoras de pensamento. Romper o silêncio sobre as mulheres na filosofia torna-se, assim, uma tarefa educativa e política, capaz de reconfigurar os modos de ensinar, pensar e aprender.

Este artigo surge da articulação entre o Projeto de Pesquisa *Filosofia Criativa: desenvolvendo uma didática disruptiva para o ensino filosófico* e o Projeto de Extensão *Filosofando em Múltiplas Linguagens*, vinculados ao curso de Filosofia da UEFS, coordenado pelo Professor Alexnaldo Rodrigues. O objetivo é investigar a percepção de estudantes do ensino médio sobre a presença de mulheres na filosofia e propor ações pedagógicas inclusivas.

Embora as discussões sobre gênero tenham se originado em campos como a psicanálise e a sociologia, na própria filosofia elas adquirem dimensão crítica ao questionar não apenas a ausência de mulheres no cânone, mas a estrutura epistêmica que determina quem é reconhecido como sujeito filosófico. Segundo Tiburi, Menezes e Eggert (2002), mulheres ingressam na filosofia primeiramente como objeto de discurso dos homens, mostrando que a inclusão de nomes femininos exige uma reflexão mais profunda sobre o regime de enunciação filosófica.

No contexto brasileiro, esse deslocamento — da mulher como objeto para sujeito — ganha visibilidade com a criação do Grupo de Trabalho de Gênero da ANPOF em 2017, que evidencia a reorganização conceitual do campo. Assim, é necessário examinar como esses debates se traduzem ou são silenciados nas aulas de filosofia do ensino médio, além de mapear a presença de autoras nos currículos e materiais didáticos.

A questão que orienta a pesquisa é: os deslocamentos produzidos pelo debate de gênero na filosofia acadêmica reverberam nas práticas de ensino do ensino médio, contribuindo para uma experiência formativa que reconheça mulheres como sujeitos do pensamento filosófico?

O objetivo geral é analisar as percepções dos estudantes sobre as mulheres na filosofia, considerando a articulação dessas percepções com os debates feministas acadêmicos. Especificamente, busca-se: (1) examinar como as questões de gênero são abordadas nas aulas;





(2) investigar as percepções sobre presença e representatividade feminina; e (3) compreender o impacto do debate de gênero nas práticas pedagógicas, apontando caminhos para um ensino mais inclusivo.

Investigar essas reverberações não se limita a mapear percepções, mas constitui gesto epistemológico e político, ao questionar a tradição androcêntrica que historicamente excluiu mulheres como sujeitos do pensamento. Compreender essas percepções evidencia lacunas na formação filosófica e sugere possibilidades pedagógicas para promover inclusão e pluralidade de vozes. Dessa forma, o estudo contribui para um ensino de filosofia crítico e sensível às desigualdades de gênero, promovendo o reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos da produção filosófica e reforçando que a luta pelo direito de pensar historicamente negada a elas permanece central na formação contemporânea.

METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, combinou Pesquisa-Ação e Design Thinking para investigar e intervir nas percepções dos/as estudantes sobre a representação feminina na Filosofia e suas implicações no ensino em escolas públicas de Feira de Santana (BA). Conforme Thiollent (1996), a Pesquisa-Ação envolve os/as participantes na análise e transformação de problemas coletivos, enquanto o Design Thinking, baseado em empatia, colaboração e experimentação (Oliveira, 2014), busca soluções criativas para desafios educacionais. Essa integração garantiu a participação ativa de licenciandos/as e da comunidade escolar na elaboração de estratégias pedagógicas inclusivas.

O estudo foi realizado em uma escola pública estadual, no segundo semestre de 2024, com nove turmas do Ensino Médio (1º ao 3º ano). Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados, aplicados com o apoio de estudantes universitários/as voluntários/as. A análise temática de conteúdo, segundo Bardin (2011), possibilitou identificar categorias e padrões nas falas dos/as participantes, evidenciando percepções sobre o papel das mulheres na Filosofia e os efeitos do silenciamento histórico das filósofas. As respostas foram agrupadas nas categorias representatividade, justiça epistêmica e igualdade de gênero. A fundamentação teórica apoiou-se em Fricker (2007), Puleo (2007) e Hagenhuber (2019), articuladas a autoras contemporâneas como Araújo, Leal e Frateschi (2024), que propõem uma revisão feminista da historiografia filosófica.

A pesquisa foi conduzida por bolsistas e voluntários/as de extensão (PROEX/UEFS), observando os princípios éticos da pesquisa em educação e a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Integrando pesquisa, ensino e extensão, o projeto incluiu





exposições, oficinas e rodas de leitura sobre mulheres filósofas e cientistas, inspiradas nos princípios do Design Thinking. Essas ações promoveram empatia, colaboração e reflexão crítica sobre desigualdades de gênero, contribuindo para um ambiente educacional mais diversificado, igualitário e estimulante.

REFERENCIAL TEÓRICO

As desigualdades de gênero e a sub-representação das mulheres na Filosofia e nas Ciências constituem fenômenos históricos e multifacetados que resultam de processos de exclusão simbólica, social e institucional. Autoras como Lopes e Costa (2020) e Araújo, Leal e Frateschi (2024) destacam que o apagamento feminino na tradição filosófica não se limita à ausência de nomes de filósofas, mas está relacionado à forma como a história da Filosofia foi construída a partir de um ponto de vista masculino. Nesse sentido, o reconhecimento das mulheres como sujeitos do conhecimento exige não apenas uma revisão historiográfica, mas uma reconfiguração epistêmica que problematize os fundamentos mesmos da racionalidade filosófica.

A historiografia feminista, conforme aponta Perrot (1988, 1993, 2005), foi decisiva para a incorporação das mulheres como sujeitos históricos e intelectuais, abrindo caminho para que a Filosofia também revisse suas narrativas e reconhecesse a presença feminina em sua constituição. Assim como a História se debruçou sobre as experiências das mulheres, a Filosofia contemporânea vem sendo convocada a examinar criticamente as bases de seu próprio discurso, incluindo as relações de poder que determinaram quem pode ser reconhecido como sujeito de pensamento (Rago, 1995).

Nesse contexto, a epistemologia feminista emerge como um campo de reflexão que denuncia o caráter androcêntrico da produção filosófica e científica. Para Amorós (1991, 2000), o feminismo filosófico representa uma ruptura com a suposta neutralidade da razão, revelando como a exclusão das mulheres foi sustentada por critérios de legitimidade que definiam o sujeito racional como masculino.

Ruth Hagengruber (2023) evidencia que as mulheres sempre desempenharam papel central na Filosofia, mas historicamente sofreram silenciamento, que se manifesta tanto na exclusão do acesso às práticas filosóficas quanto no não reconhecimento de suas obras. Segundo Hagengruber, recuperar essas vozes é essencial para reescrever a história da Filosofia de maneira mais justa e inclusiva. Alicia Puleo (2013), por sua vez, critica o universalismo abstrato da Filosofia ocidental e a suposta neutralidade da razão, mostrando que esses elementos historicamente legitimaram a exclusão das mulheres e naturalizaram





desigualdades de gênero. Para Puleo, desconstruir essas estruturas é fundamental para revelar as bases patriarcais da tradição filosófica e possibilitar novas formas de racionalidade inclusivas.

Já Sattler (2023) propõe compreender o feminismo filosófico como um movimento de revisão das categorias fundantes da tradição, abrindo espaço para novas formas de racionalidade e para uma hermenêutica inclusiva.

O conceito de injustiça epistêmica, desenvolvido por Miranda Fricker (2007), contribui de modo decisivo para compreender os mecanismos de silenciamento e descrédito que incidem sobre as mulheres enquanto produtoras de conhecimento. Segundo a autora, a injustiça epistêmica ocorre quando sujeitos são desvalorizados em sua capacidade de conhecer e de comunicar saberes, em virtude de preconceitos estruturais. Nesse sentido, Araújo, Leal e Frateschi (2024) destacam que o silenciamento pode se manifestar de diferentes formas: de maneira explícita, por meio de regras sociais que determinam quem pode se dedicar à Filosofia; de forma institucional, quando mulheres, mesmo educadas, têm seu acesso negado aos grupos que praticam Filosofia; e de maneira epistêmica, quando obras publicadas por mulheres não são reconhecidas como relevantes devido ao gênero da autora.

A partir dessas discussões, autoras contemporâneas como Araújo, Leal e Frateschi (2024) argumentam que a reescrita da história da Filosofia sob uma perspectiva feminista constitui um gesto de justiça epistêmica, restituindo às mulheres o direito de serem reconhecidas como sujeitos cognoscentes. Essa perspectiva inspira práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero e a valorização da diversidade de vozes, especialmente no ensino médio, onde ainda persiste a ausência de filósofas nos currículos e materiais didáticos (Mariz; Vidal, 2020).

Assim, a articulação entre feminismo filosófico e educação revela-se um campo fecundo de transformação. Ao reconhecer que o silenciamento das mulheres na Filosofia é também uma forma de injustiça epistêmica, o ensino da disciplina pode se tornar espaço de reconstrução simbólica e política, no qual os/as estudantes aprendem a identificar e questionar desigualdades históricas. Essa perspectiva sustenta a proposta desta pesquisa, que busca compreender como as percepções de estudantes sobre as mulheres na Filosofia se articulam com os debates teóricos contemporâneos, e de que modo a inclusão dessas vozes pode promover um ensino mais plural, justo e emancipador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do Perfil dos/as Participantes





A pesquisa contou com a participação de 196 estudantes do Ensino Médio, compondo uma amostra diversificada e representativa do público escolar investigado. Ressalta-se que a amostragem não foi intencional, uma vez que os/as participantes correspondem às turmas que integraram as atividades de aplicação dos questionários, sem seleção prévia de perfis. Assim, os dados refletem as condições reais de composição das turmas no contexto da escola pesquisada.

A distribuição por sexo autodeclarado revelou uma acentuada predominância feminina, com 120 participantes (61,2%) identificados como do sexo feminino, 63 (32,1%) como do sexo masculino e 13 (6,6%) que optaram por não informar. No que se refere à idade, observou-se uma variação entre 15 e 22 anos, sendo a faixa etária mais recorrente a de 17 anos, com 81 estudantes (41,3%). A distribuição completa é apresentada a seguir:

Idade	Estudantes (n°)	Percentual (%)
17 anos	81	41,3%
16 anos	39	19,9%
15 anos	33	16,8%
18 anos	22	11,2%
Idade não informada	18	9,2%
19 anos	2	1,0%
22 anos	1	0,5%

A amostra caracteriza-se, portanto, por um perfil etário heterogêneo, ainda que concentrado em faixas típicas do Ensino Médio, e por uma acentuada predominância do sexo feminino. No que se refere à distribuição por série, a amostra foi composta por 37 estudantes da 1ª série (Turma 1B), 59 da 2ª série (Turmas 2A e 2C) e 98 da 3ª série (Turmas 3C e 3D), havendo ainda 2 participantes que não informaram a série ou turma. Essa distribuição, também, evidencia uma concentração expressiva na 3ª série do Ensino Médio, que reúne 98 participantes (50% da amostra total). Tal predominância é analiticamente relevante, pois permite captar percepções amadurecidas e abrangentes sobre o percurso formativo e sobre presença e representatividade das mulheres na Filosofia ao longo do ciclo completo do ensino de Filosofia.

Presença/ausência das mulheres filósofas nas aulas

Quando questionados/as se haviam participado de aulas em que filósofas mulheres fossem abordadas e, em caso afirmativo, se poderiam descrever algo marcante dessas experiências, os/as 196 participantes distribuíram suas respostas em quatro categorias





principais: “Não”, “Sim”, “Dúvida” e “Não responderam”, com suas respectivas subcategorias detalhadas.

A ampla maioria dos/as estudantes (157 participantes, 80,1%) declarou não ter tido contato percebido com filósofas durante as aulas, o que revela uma lacuna curricular profunda e persistente no ensino da disciplina. Esse dado reforça a percepção de que o espaço escolar ainda reproduz o cânone filosófico tradicional, historicamente dominado por autores homens, e não promove a visibilidade das pensadoras mulheres.

Um grupo de 18 participantes (9,2%) indicou dúvida sobre a própria experiência, utilizando expressões como “não lembro” ou “não me recordo”, o que sugere fragilidade na memória e na percepção de vivências pedagógicas relacionadas a filósofas — sinal de que, mesmo quando houve menções pontuais, elas não foram suficientemente marcantes para se consolidarem como referências significativas.

Por outro lado, apenas 20 estudantes (10,2%) relataram experiências concretas de aulas ou discussões que incluíram filósofas, enquanto 3 participantes (1,5%) expressaram interesse explícito em aprender, revelando um potencial de engajamento que poderia ser ampliado caso o tema fosse sistematicamente incorporado ao currículo. Apenas 1 participante (0,5%) não respondeu à questão.

Esses resultados dialogam com as análises de Puleo (2013), Sattler (2023) e Araújo, Leal e Frateschi (2024), que evidenciam a persistente sub-representação das mulheres na Filosofia e suas consequências para a formação intelectual e crítica dos/as estudantes. A ausência de filósofas no espaço escolar traduz-se não apenas em invisibilidade, mas em uma privação epistêmica, que empobrece o repertório conceitual da disciplina e limita a diversidade de perspectivas filosóficas.

No marco teórico de Miranda Fricker (2007), essa realidade expressa duas dimensões da injustiça epistêmica. A injustiça testemunhal manifesta-se na deslegitimação das filósofas como fontes de conhecimento, uma vez que suas vozes e obras são sistematicamente negligenciadas ou omitidas do currículo. Já a injustiça hermenêutica decorre da incapacidade coletiva de compreender e interpretar adequadamente as contribuições femininas, resultado de um déficit estrutural nos recursos conceituais que orientam o ensino e a história da Filosofia.

Assim, a ausência de filósofas nas aulas não representa apenas um vazio curricular, mas evidencia uma estrutura epistemológica excludente, que perpetua a marginalização das mulheres como produtoras de conhecimento. Esse quadro reforça a urgência de práticas pedagógicas que ampliem o reconhecimento do pensamento feminino, favoreçam uma



formação filosófica crítica e plural, e estimulem a reflexão sobre as dimensões de gênero implicadas na construção do saber filosófico.

Percepção da Capacidade das Mulheres na Filosofia

Considerando a questão referente à percepção de que algumas pessoas possam duvidar da capacidade das mulheres na Filosofia em virtude de seu sexo, as respostas dos/as 196 participantes foram sistematizadas em quatro categorias principais, acompanhadas de subcategorias detalhadas.

Os resultados evidenciam um reconhecimento majoritário de que há preconceito de gênero que compromete a credibilidade e a valorização intelectual das mulheres na Filosofia. Um total de 176 participantes (89,8%) respondeu “Sim” à questão, reconhecendo a existência dessa dúvida como um fenômeno presente no campo filosófico.

Entre as respostas afirmativas, duas categorias concentram as principais justificativas:

- **Machismo e Desigualdade Estrutural** (42,9%; n = 84): categoria mais frequente, que associa o questionamento da capacidade das mulheres ao machismo, ao machismo estrutural e ao patriarcado. As respostas indicam que a inferiorização feminina na Filosofia é percebida como produto de estruturas históricas de poder e exclusão, nas quais a figura masculina ocupa o lugar simbólico do sujeito racional e universal.
- **Estereótipos e Subestimação das Mulheres** (38,3%; n = 75): a segunda categoria mais citada refere-se à desvalorização intelectual e simbólica das mulheres. Os participantes mencionam a falta de credibilidade, o menosprezo, a invisibilidade e a ignorância das contribuições femininas, o que evidencia uma subestimação persistente, sustentada por estereótipos de gênero que limitam a percepção de competência filosófica feminina.

Também foram registradas respostas em menor número nas subcategorias **Preconceito geral** (3,1%; n = 6), **Respostas sem justificativa** (3,1%; n = 6) e **Indefinidos** (2,6%; n = 5). Ainda que minoritárias, essas menções apontam para percepções mais genéricas sobre discriminação ou para ausência de reflexão mais aprofundada sobre a questão de gênero.

Em conjunto, as categorias afirmativas delineiam um cenário de injustiça estrutural no campo filosófico, em que a autoridade epistêmica das mulheres é historicamente desvalorizada e submetida a mecanismos simbólicos de exclusão.

Em contraste, 18 participantes (9,2%) responderam “Não”, indicando não perceber dúvida quanto à capacidade das mulheres. Apesar de minoritárias, essas respostas revelam dimensões importantes do debate.

- **Crença na Igualdade de Capacidades e Oportunidades** (5,1%; n = 10): as respostas destacam que a competência intelectual é independente do gênero e deve ser avaliada pelo mérito individual, esforço e dedicação pessoal. Essa crença reflete um ideal normativo de





igualdade, ainda que muitas vezes desvinculado da análise das desigualdades estruturais que moldam as condições reais de reconhecimento.

- **Reconhecimento e Contribuições Históricas** (2,0%; n = 4): essas respostas afirmam que há mulheres historicamente relevantes na Filosofia, cuja produção intelectual deve ser valorizada. A menção a uma “história dominada por homens” expressa certa consciência crítica sobre o desequilíbrio histórico na representação feminina no campo.
- **Desigualdade de Atenção e Percepção** (0,5%; n = 1): um caso isolado menciona que as contribuições femininas “não recebem a mesma visibilidade e valorização que as dos homens”, sintetizando uma percepção de assimetria no reconhecimento público.

Além disso, duas pessoas (1,0%) não responderam à questão.

As respostas negativas, embora minoritárias, revelam um duplo movimento discursivo: de um lado, a valorização da igualdade abstrata entre os gêneros; de outro, o reconhecimento implícito de que a visibilidade e o prestígio ainda são distribuídos de forma desigual. Essa tensão indica que o ideal de igualdade convive com a persistência de mecanismos simbólicos de exclusão.

As percepções dos/as participantes dialogam com a teoria da injustiça epistêmica de Miranda Fricker (2007). Os dados indicam que o preconceito de gênero na Filosofia opera em duas frentes: injustiça testemunhal, quando o machismo e o patriarcado (42,9%) reduzem a credibilidade da palavra e da produção intelectual das mulheres, gerando subestimação e desvalorização (38,3%); e injustiça hermenêutica, quando a falta de representação e a “história dominada por homens” limitam o repertório interpretativo do campo, perpetuando uma epistemologia excludente. A maioria (89,8%) reconhece que a dúvida sobre a capacidade das mulheres na Filosofia decorre de estruturas persistentes de desigualdade. Esse cenário produz descrédito epistêmico, que mina a confiança das mulheres como produtoras de conhecimento; subestimação simbólica, que restringe sua participação; e invisibilidade histórica, que empobrece o próprio campo ao limitar sua racionalidade a um ponto de vista androcêntrico.

Essas dinâmicas repercutem no ensino, especialmente quando currículos e práticas permanecem centrados em autores homens, dificultando o pertencimento das estudantes. A ausência de representatividade reduz o potencial crítico da disciplina, ao suprimir perspectivas que ampliam a compreensão filosófica do mundo.

Promover igualdade epistêmica requer revisar o cânone, valorizar autoras e perspectivas feministas e adotar práticas inclusivas que reconheçam a pluralidade das experiências humanas. Mais que ação compensatória, trata-se de uma reconstrução





epistemológica essencial à vocação crítica da Filosofia. Nesse contexto, a pesquisa aplicou esses princípios em ações concretas voltadas à valorização do legado feminino.

Foi promovida a ação “Dia D – Mulheres Notáveis no Legado Filosófico e Científico”, vinculada ao projeto *Filosofando em Múltiplas Linguagens*, com exposição de banners sobre filósofas e cientistas, leitura e diálogo sobre a presença feminina na produção intelectual. Outras atividades ampliaram essa sensibilização, como o uso da narrativa “O pontinho aventureiro” para debater estereótipos de gênero e duas oficinas — de Canva e de Croqui — ministradas por estudantes de Engenharia da UEFS, que compartilharam suas trajetórias e desafios, promovendo diálogo sobre representatividade e empoderamento.

Os resultados mostram que, apesar da resistência inicial, as ações modificaram percepções de estudantes e docentes, confirmando que inserir perspectivas femininas na Filosofia é uma estratégia eficaz para desconstruir estereótipos e ampliar a inclusão epistêmica no campo filosófico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se imprescindível reconhecer e enfrentar a invisibilidade histórica das mulheres na filosofia e em outros campos do conhecimento. A narrativa filosófica tradicional, construída predominantemente a partir de perspectivas masculinas, produziu um apagamento sistemático das contribuições femininas, que persiste no presente, inclusive no ambiente escolar, onde a ausência de filósofas nos currículos e materiais didáticos reproduz desigualdades estruturais e limita o repertório interpretativo dos estudantes.

Os dados desta pesquisa evidenciam que a maior parte dos/as estudantes do ensino médio percebe a sub-representação feminina e reconhece que dúvidas sobre a capacidade intelectual das mulheres estão enraizadas em estruturas de machismo e estereótipos históricos. Essa percepção dialoga diretamente com o conceito de injustiça epistêmica de Miranda Fricker, indicando que o silenciamento das mulheres opera tanto na deslegitimação de suas vozes quanto na dificuldade coletiva de interpretar suas contribuições.

As ações pedagógicas desenvolvidas — oficinas, rodas de leitura e atividades de sensibilização sobre filósofas e cientistas — mostraram-se eficazes para modificar percepções, ampliar o reconhecimento das mulheres como produtoras de conhecimento e estimular a reflexão crítica sobre desigualdades de gênero. Assim, o ensino de filosofia revela-se um espaço estratégico para promover justiça epistêmica, reconstruir o cânone de maneira inclusiva e fortalecer a pluralidade de vozes na formação intelectual dos estudantes.





Portanto, avançar rumo a uma educação filosófica mais equitativa implica não apenas acrescentar nomes femininos ao currículo, mas repensar as estruturas de enunciação e valorização do conhecimento, promovendo um ambiente em que o legado das mulheres seja reconhecido, celebrado e incorporado à narrativa coletiva do saber, contribuindo para uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMORÓS, Célia (Ed.). **Feminismo y Filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000.

AMORÓS, Celia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Barcelona: Anthropos; Santafé, 1991. (Pensamento Crítico/ Pensamento Utopico; 15).

ARAÚJO, Carolina; LEAL, Halina; FRATESCHI, Yara (orgs.). **Enciclopédia mulheres na filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

ARAÚJO, Iron Mendes de; ARAÚJO JÚNIOR, Iron Mendes de. **Mulheres filósofas: participação, história e visibilidade**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In.: QUARTIM, Maria LYGIA de Moraes. (org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas, Pagu/Unicamp, 2005, p. 75-83.

MARIZ, Ana Paula Medeiros de; VIDAL, Maria José da Conceição Souza. A invisibilidade da mulher na filosofia: uma análise a partir da ausência das filósofas nos livros didáticos do ensino médio. In.: NETO, José Teixeira; CIRINO, Maria Reilta Dantas (orgs.). **Filosofias do ensino de filosofia: perspectivas filosóficas e ações educativo-filosóficas na educação escolar**. Curitiba: CRV, 2020, p. 139-154.

OLIVEIRA, José. **Design Thinking na educação**. Porto Alegre: Penso, 2014.

PERROT, Michelle ; DUBY, Georges (orgs.). **Histórias das mulheres**. Porto : Editora Afrontamento, 1993.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In.: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos das histórias**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PULEO, Alicia H. **Filosofía y género**. Asparkia. Investigació feminista, [S. l.], n. 6, p. 7–18, 2013. Disponível em: <https://www.erevistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/1006>. Acesso em: 22 abr. 2024.





RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.: GROSSI, M. P. (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. 21-41.

SATTLER, Janyne. Epistemologia Feminista. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Marcia; CASTRO, Suzana (orgs). **Filosofia Feminista**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2023, p. 255-282.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

TIBURI, Marcia; MENEZES, Magali Mendes de; EGGERT, Edla. Prefácio: As mulheres e a filosofia. In.: TIBURI, Marcia; MENEZES, Magali Mendes de; EGGERT, Edla (organizadoras). **As Mulheres e a Filosofia**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2002, p.7-11.

